Informação n.º 88 **30/04/2012**

Falta de trabalho e deterioração financeira das empresas agravam mais a crise na Construção

A cada mês que passa, a crise instalada no setor da Construção sofre um novo agravamento. Depois de ter iniciado o corrente ano com quebras históricas, tanto no segmento da construção de edifícios, como no das obras públicas, o Setor revela agora sinais de mais um decréscimo de atividade e uma deterioração da saúde financeira das empresas.

Segundo refere a última análise de conjuntura da FEPICOP, são a falta de obras e os aspetos financeiros - e dentro destes os encargos financeiros, a carga fiscal e os atrasos nos pagamentos do Estado -, que mais condicionam a atividade das empresas e os principais responsáveis pela quebra observada, no primeiro trimestre de 2012, na confiança dos empresários nacionais do Setor, a qual continua a contrastar com alguma tranquilidade observada em termos médios europeus.

Por segmentos de atividade, a FEPICOP destaca naquele documento uma redução homóloga nos dois primeiros meses do ano de 28,5% na emissão de licenças para a construção de habitação e, bem assim, o insuficiente número de autorizações concedidas no mesmo período para recuperação e demolição de edifícios (apenas 699), indicador de que a desejável recuperação do mercado da Reabilitação não está a progredir.

A par desta realidade, também o crédito à Construção e Imobiliário e à Habitação registaram, cada um de seu lado e no período de um ano, diminuições na ordem dos 1,4 mil milhões de euros.

Já no que diz respeito às obras públicas, os cortes no investimento público no primeiro trimestre de 2012, os maiores de que há memória, conduziram a uma quebra homóloga de 64,4% no montante dos concursos abertos e de 43,8% nas adjudicações.

A situação limite que a Construção enfrenta pode ser igualmente inferida do número de desempregados oriundos desta área de atividade, o qual vem registando um aumento sem precedentes - mais 23 mil nos seis meses terminados em fevereiro -, mas também das fracas perspetivas dos empresários quanto à manutenção, nos próximos três meses, dos postos de trabalho que asseguram atualmente.